

Marx, Engels e a origem do etapismo na teoria da história marxista

Jair Antunes*

Desde pelo menos o final da década de 1920 se instalou na historiografia marxista a forte tese de que todos os países passam igualmente pelas mesmas fases históricas percorridas nas sociedades européias ocidentais. Assim, a partir de então, em todos os cantos do planeta se procurou descobrir as origens e os restos de um passado (quando não ainda presente) “escravista” e ou “feudal” na Ásia, na América, etc. Neste sentido, os países latino-americanos, por exemplo, por não terem desenvolvido as forças produtivas tanto quanto os Estados Unidos ou os países europeus foram considerados como países *atrasados*, *coloniais* ou *semicoloniais*, pois não teriam ainda conseguido romper com o passado feudal.¹

Esta interpretação da história da América Latina e da Ásia como feudais tem, segundo Hector Benoit, origem no VI Congresso da III Internacional Comunista de 1928: a interpretação de um passado “asiático” na Rússia e na China foi condenada e, se apoiando dogmaticamente em Lênin, os historiadores oficiais russos proclamaram a tese de que os países asiáticos e latino-americanos de um modo geral eram atrasados e deveriam ainda desenvolver suas próprias forças produtivas para alcançarem sua etapa capitalista.² Poucos anos depois, em 1938, Stalin fundamentaria esta teoria em seu escrito *Sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético*, em que expõe, de forma clara, a teoria da passagem necessária de um modo de produção a outro como *interno* a *todas* as sociedades sem, no entanto, fazer referência à categoria de modo de produção asiático.³ Ao estabelecer esta sua teoria da linha histórica universal pela qual todos os países, necessariamente, deveriam passar, Stalin justifica dizendo estar amparado na teoria dos modos de produção de Marx e Engels.

Desta forma, perguntamos: estaria totalmente errado Stalin ao afirmar estar embasado nos fundadores do marxismo quando estabeleceu a teoria do *etapismo* na história (na qual todas as

* Mestre Filosofia - IFCH/Unicamp/SP. Professor dpto História UNICENTRO/PR

¹ A aceitação acrítica da universalização da categoria de “feudalismo” às sociedades asiáticas pode ser percebida, por exemplo, entre a historiografia marxista inglesa, em particular no famoso debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Ali, o revisionismo com relação à caracterização do Oriente de “asiático” (conforme caracterizo por Marx) para “feudal” é aceita por todos os participantes sem críticas. Maurice Dobb, por exemplo, respondendo a Paul Sweezy, comenta sobre o feudalismo na Europa ocidental e na Ásia: “(...) Todavia, a distinção entre elas [a prestação direta de serviços e a apropriação de tributos em espécie ou dinheiro] não corresponde à que existia entre o ‘feudalismo da Europa ocidental’ (...) e o feudalismo na Europa oriental (ainda que no *feudalismo asiático* a relação *tributária* pareça ter predominado, caracterizando-o)”. (“Um Debate” – SWEEZY, Paul (e outros). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Tradução de Isabel Didonnet, p.58 - grifos meus). Eric Hobsbawm também tem opinião semelhante: “(...) Há muitas regiões no mundo atual onde tais questões [as discutidas no *Debate*] são questões políticas correntes, como o ilustra o vivo interesse que a Índia e o Japão, por exemplo, mostraram por esta discussão. *A influência das sobrevivências feudais nestas regiões* e a relação daquelas com o capitalismo e o atraso do desenvolvimento destas são problemas urgentes da História em vias de ser feita”. (HOBSBAWM, Eric. In: *Do feudalismo ao capitalismo*. Paul M. Sweezy [e outros]. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte. *Introdução* de Maurice Dobb, p.11). Perry Anderson, por outro lado, além de aceitar a tese do feudalismo japonês, faz uma crítica severa ao conceito de modo de produção asiático em Marx dizendo que o mesmo não conhecia suficientemente a história da Ásia e que esta categoria está totalmente obsoleta: “Que este conceito [de modo de produção asiático] receba o enterro condigno que ele merece”. (ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense. 1989, 2ª edição. Tradução de João Roberto Martins Filho, p.547).

² Cf. BENOIT, Hector. *O Programa de Transição de Trotsky e a América*. In: Revista Crítica Marxista n° 18. São Paulo: Revan, 2004, p.38-43.

³ Cf. BENOIT, Hector. *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In: Caio Navarro de Toledo (org): *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo/Campinas: Xamã-IFCH/Unicamp. 1998, p.51-53.

sociedades passam diretamente da comunidade primitiva ao modo de produção escravista, sem a mediação da forma asiática)?

Façamos uma análise, ainda que sintética, da evolução teórica com relação à história de Marx e Engels até a morte do primeiro e o desenvolvimento posterior de Engels, após a perda do inseparável amigo.

Marx e Engels e o desenvolvimento não-linear na história

Desde seus primeiros trabalhos, Marx e Engels defenderam a tese de que certas sociedades tiveram sua história abreviada ao serem conquistadas pela civilização européia ocidental e em certas regiões houve a necessidade de se estabelecer núcleos de povoamento conforme ao modo de produção da metrópole. Em *A Ideologia Alemã*, de 1845, por exemplo, Marx e Engels se referem ao fato de a história dos Estados Unidos (e outras regiões e épocas históricas diferentes) ter iniciado sua história numa época bastante avançada: “(...) Em países como a América do Norte, que começam em um período histórico já avançado, esse processo de desenvolvimento histórico ocorre com muita rapidez. Estes países não têm nenhum outro pressuposto natural senão os indivíduos que ali se instalaram como colonos (...) Tal é o caso de todas as colônias (...) Cartago, as colônias gregas e a Islândia dos séculos XI e XII servem de exemplo”.⁴

Esta concepção não-linear da história acompanhará o pensamento de Marx por toda sua vida. Ela perpassa todo o período de preparação e publicação de *O Capital*. Mesmo no final de sua vida Marx continua a defender que na Rússia, por exemplo (o país mais ocidental da Ásia), onde a maior parte da terra era explorada ainda de forma comunal, que num processo revolucionário ela poderia saltar desta forma atrasada, semi-asiática, à forma superior comunista, pulando várias etapas históricas pelas quais teve que passar o Ocidente. Para isso, a revolução na Rússia atrasada deveria dar o alarme para a revolução proletária na Europa ocidental, de forma que ambas se completassem.⁵

No inverno de 1880, Marx leu a obra de Lewis H. Morgan, *Ancient Society*, e fez um fichamento da mesma, sem opiniões conclusivas. Engels, após a morte de Marx leu também a obra de Morgan e ficou bastante impressionado com os descobrimentos deste sobre os índios iroqueses nos Estados Unidos. Morgan havia estudado a origem e evolução destas tribos indígenas e concluiu que ela seria a evolução típica pela qual haviam passado ou ainda iriam passar todas as sociedades até chegarem à civilização. Engels, então, a partir do resultado destas descobertas revolucionárias de Morgan, decide escrever ele próprio uma obra sobre a pré-história dos povos gregos, romanos e germânicos. Surge, assim, em 1884, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, obra esta que se tornaria das mais lidas em todo o século XX no meio marxista.

Engels, amigo e companheiro de Marx por quase meio século, com a morte do amigo, nada mais justo que se tornasse o herdeiro natural do pensamento de Marx. Assim sendo, Engels pega o fichamento que Marx havia feito de *Ancient Society* e o utiliza como guia para a construção de *A Origem da Família...* Isto fica claro já no *Prefácio* à primeira edição: “as páginas à seguir vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso

⁴ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977, p.113/114.

⁵ “(...) Poderia a comuna rural russa (...) passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista, ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta que hoje se pode dar a esta pergunta é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”. MARX & ENGELS. *Prefácio* à edição russa do Manifesto Comunista de 1882. In: TEXTOS. Volume III, São Paulo: Edições Sociais, S/D, p.16.

dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance”.⁶

Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e a fatalidade histórica

Através do estudo dos índios iroqueses norte-americanos Engels explica que Morgan fez duas descobertas fundamentais ao conhecimento da origem e formação inicial da história humana: na primeira, Morgan pôde comprovar que a exogamia e a endogamia na tribo não formavam antítese alguma; na segunda, Morgan teria demonstrado que os grupos consangüíneos norte-americanos seriam *essencialmente idênticos* às *genea* dos gregos e às *gentes* dos romanos: “Toda a organização social dos gregos e romanos dos tempos primitivos em gens, fratria e tribo *encontra seu fiel paralelo* na organização dos indígenas americanos; de que a gens (...) *é uma instituição comum a todos os bárbaros até sua passagem à civilização e mesmo depois dela*”.⁷ Estes “descobrimientos” de Morgan parecem ter sido a “grande luz” que de repente iluminou para Engels todo o entendimento do início da história de todos os povos, fossem eles bárbaros ou civilizados. Principalmente, esclareceu o início da *história do Ocidente*, ou seja, a história de como iniciou a história da civilização greco-romana, pois, afirma: “Essa demonstração [de que a gens iroquesa é a forma primitiva da gens reconhecida entre todos os povos, J.A.] esclareceu, de repente, as partes mais difíceis [os principais enigmas⁸] da antiga história grega e romana e, ao mesmo tempo, revelou-nos os traços fundamentais do regime social da época primitiva, anterior à criação do *Estado*”.⁹

Segundo a classificação de Morgan, até a fase inferior da barbárie pode-se considerar o curso do desenvolvimento dos povos como “um fenômeno absolutamente geral, válido em determinado período para *todos os povos, sem distinção de lugar*”.¹⁰ O traço característico do período da barbárie é a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas. No velho mundo a domesticação de animais parece ter sido a causa das diferenciações entre os povos (povos pastores *versus* bárbaros). Até a fase *média* da barbárie chegaram Incas e Astecas na América, as várias tribos asiáticas, além dos povos ocidentais europeus. Na fase superior a fundição do minério de ferro é o que a caracteriza e a passagem à fase da civilização se dá com a invenção da escrita alfabética. A esta fase *superior* da barbárie (e à civilização) teriam chegado apenas os ocidentais: “os gregos da época heróica, as tribos itálicas de pouco antes da fundação de Roma, os germanos de Tácito e os normandos do tempo dos vikings”.¹¹

Como se deu este processo evolutivo desde o período selvagem até a civilização? Segundo o esquema de Engels, a primeira forma de sociedade é a constituição gentílica, a *gens*, unida por laços consangüíneos. O aumento populacional torna necessário que a gens divida-se em outras tantas gens consangüíneas, formando uma fratria. Esta, por sua vez, se divide em tantas outras fratrias até formar tribos e uma confederação de tribos (neste estágio evolutivo, estaríamos na fase inferior da barbárie, caso dos iroqueses). Após a descrição completa da formação gentílica entre os iroqueses, Engels universaliza esta formação (gens-fratria-tribo-confederação de tribos) à pré-história de todos os povos sem distinções. Explica que os índios norte-americanos nos mostram

⁶ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Tradução de Leandro Konder. 1995. 13ª edição (Prefácio à Primeira Edição – 1884), p.1. Esta nova posição de Engels permanecerá até sua morte. Nos prefácios do *Manifesto Comunista* às edições de 1888 e 1890 relativiza a proposição da primeira edição de *O Manifesto Comunista* que atribui a luta de classes à história de todas as sociedades e procura “atualizá-la” a partir das novas descobertas empíricas daquele período (décadas de 1870 e 1880) e fazendo uma releitura das obras de Haxthausen, Maurer, e principalmente de Morgan (Cf Benoit. *A luta de classes...*, p.46).

⁷ Idem, p.91/92, grifos meus.

⁸ Idem, cf. p.17.

⁹ Idem, p.92.

¹⁰ Idem, p.24.

¹¹ Idem, p.27.

como uma tribo originariamente unida se difunde pouco a pouco por um continente imenso; como, através da fusão das tribos, elas convertem-se em povos, em grupos inteiros de tribos. A constituição iroquesa “corresponde a todas as tribos, exceto àquelas muitas que não chegaram a organizar a confederação de tribos parentes”.¹² A evolução natural da formação gentílica leva, necessariamente, a uma mudança de forma da apropriação da riqueza social: da apropriação comum à apropriação privada. Esta contradição, antes inexistente, leva agora à diferenciação dentro da sociedade e ao surgimento das classes sociais. Como a constituição gentílica está obsoleta, e era necessário agora institucionalizar esta nova forma de apropriação social, faltava apenas surgir (do seio da própria comunidade) uma força que se colocasse acima das classes para fazer o papel de intermediária e perpetuadora da luta entre elas: “E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*”.¹³ A formação do Estado ateniense seria a forma típica desta evolução natural desde a gens até a civilização, pois ali o Estado teria nascido diretamente do desenvolvimento das contradições internas à própria gens: “A formação do Estado entre os atenienses é um modelo notavelmente característico (*typisches*) da formação do Estado em geral, pois por um lado, se realiza sem que intervenham violências externas ou internas (...), enquanto faz brotar diretamente da sociedade gentílica uma forma bastante aperfeiçoada de Estado, a república democrática, e, por outro lado, ainda, porque estamos bem informados de suas particularidades”.¹⁴

Sempre, portanto, diz Engels, que em um povo encontremos a gens como unidade social, “deveremos encontrar uma organização tribal semelhante a que descrevemos; e onde não faltam as nossas fontes de informação – como entre gregos e romanos – não apenas a encontramos, mas também nos convenceremos de que, em todas as partes onde as fontes são deficientes, a comparação com a constituição social americana nos ajuda a esclarecer as maiores dúvidas e a desvendar os maiores enigmas”.¹⁵

No entanto, pensamos que ao pretender descobrir o passado grego através da organização gentílica dos selvagens norte-americanos, Engels comete um dos principais erros de sua nova concepção teórica da história. Vejamos:

No capítulo IV de *A Origem da Família...*, intitulado *A Gens Grega*, Engels diz, de forma bastante convicta que “nos tempos pré-históricos já os gregos, como os pelasgos e outros povos da mesma origem tribal, *estavam constituídos em séries orgânicas idênticas à dos americanos*: gens, fratria, tribo, confederação de tribos (...) em todos os casos era sempre a gens a unidade”.¹⁶ Aqui fica evidente o “transplante” feito por Engels do esquema de Morgan: a transposição da formação gentílica norte-americana para a “pré-história” grega. Aí, com a prática do transplante forçado, surgem os maiores problemas da obra de Engels, pois ele simplesmente “recorta” o processo de constituição gentílica iroquesa, descrito por Morgan, e o “cola” no período pré-histórico grego, transformando a pré-história grega anterior a Homero num período de *barbárie*. E o que é mais complicado ainda em Engels: ele põe arbitrariamente na história grega um desenvolvimento *idêntico* ao das tribos norte-americanas. Engels fez o que nem mesmo Morgan foi capaz de fazer, pois este último não se atreveu a fazer tal transposição. Engels transforma o modelo pré-histórico iroquês no modelo “universal” de formação de *todas* as tribos, válido, em especial, para a compreensão do conhecimento das origens da formação da Grécia e Roma.

No entanto, as descobertas arqueológicas feitas na Grécia e ilhas gregas, a partir de fins do século XIX, tornaram totalmente obsoletas estas teorias de Engels/Morgan sobre uma suposta originalidade na formação do Estado ateniense a partir da constituição gentílica. Ficou demonstrado

¹² Idem, p.106.

¹³ Idem, p.119/120.

¹⁴ Idem, p.133. Também em outros momentos de *A Origem da Família...*, Engels dá a descrição, mais ou menos resumida, sobre o processo de formação do Estado *diretamente* da dissolução da constituição gentílica e após o surgimento da propriedade privada e do Estado. (ver páginas 190 a 199).

¹⁵ Idem, p.106. (grifo meu).

¹⁶ Idem, p.109. (grifos meus).

ali que a pré-história gentílica grega tinha ficado para lá de 2500 a.C. e, entre este período gentílico e o período clássico de Atenas, há um intervalo de quase dois milênios onde se desenvolveram pelo menos duas grandes civilizações (Creta e Micenas), com características semelhantes às dos grandes Estados burocráticos asiáticos e que formam, de um modo geral, a base da formação posterior da Grécia arcaica, pré-clássica.¹⁷

Outro ponto de *A origem da família* que nos parece ser bastante discutível é aquele em que Engels procura explicar o surgimento do *escravo-mercadoria*, da escravidão por fatores econômicos. Esta exposição sobre o surgimento da escravidão coisificadora é feita no capítulo IX – *Barbárie e Civilização* – que, pela tradução brasileira, se inicia na página 177. No entanto, a partir da página 179 Engels explica qual foi a *primeira grande divisão social do trabalho*: a separação das tribos pastoras dos demais bárbaros. Estas tribos pastoras (os exemplos são todos asiáticos: árias, semitas, hindus, turanianos, povos das estepes ao norte do Mar negro) saíram da fase inferior e evoluíram à *fase média da barbárie*. Assim, estes povos pastores asiáticos estavam no mesmo estágio evolutivo que os europeus ocidentais e os peruanos e mexicanos pré-colombianos. Quando mais à frente (p.181) Engels trata do surgimento da escravidão, não interrompe as referências diretas que vinha fazendo aos povos pastores asiáticos e, portanto, não especifica que, ao falar do surgimento da escravidão, está se referindo ao caso greco-romano:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção (...) tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário à sua manutenção (...) Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.¹⁸

Temos clareza de que Engels está aqui tratando da escravidão (do homem transformado em instrumento de produção) enquanto categoria econômica existente na sociedade greco-romana. Engels tem plena consciência de que a escravidão na Ásia e na América pré-colombiana não tem o mesmo estatuto que aquela que formou a base do modo de produção no Ocidente europeu na *Antigüidade Clássica*. No entanto, ao não especificá-la, Engels abre a possibilidade de uma interpretação na qual o *escravo-mercadoria* teria existido em todas as sociedades que chegaram a um estágio de desenvolvimento correspondente a esta fase da evolução (pré) histórica e, principalmente, dá margem a uma interpretação linear da história onde todas as tribos pastoras (asiáticas ou não) teriam evoluído diretamente da vida nômade ao modo de produção escravista do tipo greco-romano.

Marx e a Ásia: o conceito de *modo de produção asiático*

Como demonstramos no início, a noção de que a história da Ásia não poderia estar na mesma conceituação daquela desenvolvida no Ocidente, já estava presente em Marx desde pelo menos *A Ideologia Alemã*. No entanto, o conceito de *modo de produção asiático*, parece-nos, é desenvolvido por Marx na década de 1850, quando estuda mais profundamente o passado da Índia. Esta havia se mantido durante milênios sob formas sociais praticamente imutáveis do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social e, até mesmo, cultural. Se na Europa o resultado histórico

¹⁷ Sobre as descobertas das ruínas dos palácios da pré-história grega a partir do final do século XIX, ver Maurice Godelier (Marx & Engels *Sobre el modo de produccion asiático*. Barcelona: Martinez Roca, 1969: 32-41, Primeira Parte). Também Benoit (*A luta de classes...* op. cit, p.48-49). Ambos mostram ali os erros de Engels que, ao deixar-se seduzir pelos estudos antropológicos de Morgan abriu espaço à dogmatização das teorias de Marx e o início da teoria do “unilinearismo” na história, tão prejudicial ao marxismo no século XX.

¹⁸ Engels, op. cit, p.181.

de quase três milênios de civilização originou a sociedade capitalista, com todo seu aparato técnico e cultural capaz de submeter a Natureza à soberania do homem, na Ásia, ao contrário, a maior parte das sociedades (ainda mais antigas que as ocidentais) se mantinha atrasada e presa às vicissitudes da Natureza.¹⁹

Em artigo de 1853, *A dominação britânica da Índia*²⁰, Marx diz que na Ásia as condições geográficas, físicas e climáticas desfavoráveis, impunham como condição primeira da agricultura a irrigação dos vales férteis por meio de canais. Na Ásia, uma boa colheita dependia de um bom governo tanto quanto na Europa de uma boa chuva.²¹ A construção destes sistemas de irrigação demandava a organização de uma estrutura administrativa centralizadora, com a função de comandar a organização do processo produtivo. Por isso, o rei, *déspota*, não aparece ao povo como um governante opressor, mas justamente o contrário: o déspota, na condição de centralizador da comunidade superior, do Estado, aparece ao imaginário dos indivíduos comunais como *pai* das muitas comunidades dispersas. Esta delegação imemorial da função de provedor das obras públicas ao governo central deu origem ao *sistema de aldeias*.²² Cada uma destas aldeias é um pequeno centro independente, baseado na união entre agricultura de subsistência e artesanato doméstico. A estrutura social destas aldeias está formada por um rígido sistema de castas que transforma a divisão do trabalho em função hereditária e imutável. Os limites das aldeias raramente são alterados. O isolamento entre elas é quase total. Na função de organizador e elo unificador das comunidades aldeãs, o Estado se apropria do excedente da produção. O Estado é o único proprietário fundiário. Eis aí, segundo Marx, a chave para entender estas sociedades asiáticas: a *ausência de propriedade privada da terra*: “Bernier considera com razão que a forma básica de todos os fenômenos orientais (...) encontra-se no fato de que *não existia propriedade privada da terra*. Esta é a verdadeira chave, inclusive do céu oriental (...)”.²³

No entanto, a Índia sempre havia sido conquistada por povos de civilização *inferior* à sua e, por isso, eram rapidamente *hinduizados* (Árabes, turcos, tártaros e mongóis). A Índia, apesar de militarmente inferior a estes povos, era muito superior do ponto de vista cultural. Estes bárbaros, mesmo controlando o poder do Estado, não conseguiam subverter a forma milenar de produção hindu. O regime de castas impedia o desenvolvimento das forças produtivas e formava o “fundamento mais sólido para o caráter *estacionário* do despotismo asiático”.²⁴ Por isso, a Índia não tinha história, pois a base social imutável impediu o surgimento de um processo contraditório capaz de subverter a milenar estrutura econômica. Somente um corte profundo na estrutura comunal hindu poderia livrar a Índia de seu atraso civilizacional. Este “corte” deveria, também, vir necessariamente

¹⁹ Sobre o conceito de *país atrasado* ver Benoit. *O Programa de Transição...* op. cit, p.46-51.

²⁰ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre o colonialismo*. Coletânea de textos. Vol I. Lisboa: Estampa. 1978. Trad. Fernanda Barão, p.43.

²¹ “O clima e as condições do solo, particularmente nos vastos espaços desérticos que se estendem desde o Saara, através da Arábia, Pérsia, Índia e Tartária até às regiões mais elevadas da planície asiática, transformaram o sistema de irrigação artificial por meio de canais e outras obras de irrigação na base da agricultura oriental. Como no Egito e na Índia, as inundações são utilizadas para fertilizar o solo na Mesopotâmia, Pérsia e outros lugares; o alto nível das águas serve para encher os canais de irrigação (...) No Oriente, o baixo nível da civilização e a extensão dos territórios impediram que surgissem associações voluntárias e impuseram a intervenção do poder centralizador do governo. Daí que todos os governos asiáticos tivessem que desempenhar esta função econômica: a organização das obras públicas. Esta fertilização artificial do solo, função de um governo central, e que entrava em decadência cada vez que este descuidava das obras de irrigação e canalização, explica o fato, de outro modo inexplicável, de que encontremos agora territórios inteiros estéreis e desérticos que antes haviam sido excelentemente cultivados, como Palmira, Petra, as ruínas que se encontram no Iêmem e grandes regiões do Egito, Pérsia e Indostão. Assim se explica também porque uma só guerra devastadora fosse capaz de despovoar um país durante séculos e destruir toda sua civilização”. (Marx e Engels, *Sobre o colonialismo*, p.54).

²² Marx & Engels, sobre o colonialismo, p.44/45.

²³ Godelier (org.) Op cit, p.74.

²⁴ Godelier, op cit, p.77.

do exterior, por meio de um conquistador estrangeiro que trouxesse à Índia um processo civilizacional superior àquele milenarmente estabelecido. A chegada do capitalismo inglês foi fundamental para arrancar a Índia de seu milenar modo de produção e romper com o passado atrasado e imutável que lhe assolava. A história somente chegou à Índia através da conquista britânica que destruiu o sistema aldeão de produção e instituiu formas de apropriação privada do solo, introduzindo-a no modo de produção capitalista e integrando-a na civilização ocidental.

No Prefácio a *Para uma Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx expõe, de forma sintética, sua teoria geral da história. Ali, aparece o modo de produção asiático como uma fase pré-histórica da formação greco-romana: “em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade”.²⁵

Palavras finais

Diferenças fundamentais na concepção de história de Marx com relação ao *último* Engels (após a morte de Marx) podemos citar pelo menos cinco: 1º- Marx sempre sustentou a idéia de um passado “asiático” da civilização greco-romana; 2º- Marx sempre sustentou que a escravidão asiática e pré-colombiana não tinham o mesmo caráter da escravidão greco-romana; 3º- Para Marx, o Estado não surge para conter o antagonismo de classes e sim com a função de proteger e organizar o processo produtivo na comunidade; 4º- Marx nunca apoiou a tese de que a evolução natural dos povos passa diretamente da comunidade primitiva (vida pastoril) ao modo de produção escravista; 5º- Na Ásia existiram desde tempos imemoriais Estados altamente burocratizados com a função original de prover as obras públicas de irrigação das comunidades aldeãs. Estas comunidades imutáveis formavam a base do que Marx denominou *modo de produção asiático*.

O problema da obra de Engels parece-nos (talvez ofuscado pelo evolucionismo de Morgan) é que, ao transpor a forma gentílica iroquesa à pré-história grega e, em seguida, não determinar geograficamente (ou não especificar os povos em questão) onde surgiu a forma de escravidão enquanto base de um modo de produção, Engels possibilitou uma interpretação na qual a escravidão clássica teria também existido na Ásia. As implicações teóricas desta falha de Engels para a interpretação marxista da história foram imensas, em especial à teoria dos modos de produção de Marx, pois, Stalin, ao apresentar sua teoria geral dos modos de produção como caminho único pelos quais todas as sociedades necessariamente teriam que passar adulterou a teoria dos modos de produção de Marx sobre o desenvolvimento europeu ocidental e o coloca como *interno* a todas as sociedades: todos os povos têm a mesma origem genérica, por isso, todos evoluem necessariamente da comunidade primitiva à sociedade escravista!²⁶ Ao afirmar isto, Stalin (como fez Engels em *A origem da família*) ignora completamente a categoria de *modo de produção asiático* que Marx havia criado para designar o estágio evolutivo – imutável – em que se encontravam os povos asiáticos antes da conquista imperialista dos países capitalistas europeus e cria a tese das etapas na história. No entanto, Stalin somente consegue fazer esta adulteração na teoria de Marx porque está baseado em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, pois o próprio Engels a suprime em seu escrito. O modo de produção escravista, assim, teria existido em todos os lugares (Europa, América e Ásia, etc.).

Nos parece que ao utilizar o fichamento de Marx sobre a obra de Morgan como forma de dar “autoridade” às suas conclusões Engels comete grande injustiça com Marx, pois em momento algum naquele fichamento Marx faz suas as conclusões do autor norte-americano. Marx ali se reserva a apenas sintetizar o pensamento de Morgan em um pedaço de papel, como, aliás, devia

²⁵ Cf. MARX, K. *Para uma Crítica da Economia Política – Prefácio*. São Paulo: Martins Fontes, p.53.

²⁶ Como explica Benoit com relação ao falseamento feito por Stalin na teoria da história de Marx: “O erro principal e imperdoável de Stalin não teria sido tanto supor uma certa *continuidade*, mas sim, além de suprimir o modo de produção asiático (...) seria aquele de colocar essa transição contínua como *interna* em cada país”. (*O programa de transição...* op cit, p.50).

fazer inicialmente com todos os livros por ele lidos para, posteriormente, fazer análises críticas. Portanto, ao expor as teorias evolucionistas de Morgan em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* como sendo a marcha geral evolutiva de todos os povos, Engels estabelece (de forma não intencional, acreditamos) a base legitimadora às teorias de Stalin e, conseqüentemente, ao afirmar no Prefácio da *Origem da família* que estava ali executando o testamento de Marx, coloca este último como *co-legitimador* das teorias stalinistas.

Para finalizar, é interessante lembrar que a tentativa de transformar a teoria da história de Marx em uma teoria unilinear pela qual todos os povos deveriam necessariamente passar surge ainda quando o mesmo estava vivo e o próprio autor de *O Capital* teve de combatê-lo. Em fins de 1877 Marx responde a um escritor russo que pretendia transformar a teoria da marcha histórica pelo qual percorreu o Ocidente europeu numa *marcha geral* pelos quais todos os povos deveriam passar. Marx, aqui, é enfático no que diz respeito a tentativa de falseá-lo: “O capítulo sobre a acumulação primitiva não pretende mais que traçar o caminho pelo qual surgiu a ordem econômica capitalista, na Europa ocidental, do seio do regime feudal (...)” Meu crítico, no entanto, prossegue Marx, “se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo no Ocidente europeu numa teoria histórico-filosófica da marcha geral que o destino impõe a todo povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que se encontre (...)”²⁷

²⁷ Godelier (org) op cit, p.168-170 (Carta de Marx ao jornal “Otiechesstviennie Zapiski”).